LISBOA
CTT
12·11·96
140.
PORTUGAL
Pelos Direitos de do Povo Timor
Correios de Portugal
1º Dia de Circulação
Pelos Direitos de do Povo Timor

Remetente

1996
Prémio Nobel da Paz

D. XIMENES BELO
JOSÉ RAMOS-HORTA

Design : José Brandão

Imp : Lito Maia 96

Destinatário

Obliterações do 1.º dia em:
Oblitérations du 1er jour à:
First day Obliterations in:

LISBOA PORTO COIMBRA ÉVORA FARO
FUNCHAL PONTA DELGADA

DADOS TÉCNICOS
DONNÉES TECHNIQUES
TECHNICAL DATA

Emissão, émission, issue:
12/XI/1996

Selos, timbres-poste, stamps:
140$00 — 500.000

designer: José Brandão
papel, papier, paper: 102 g/m²
picotagem, dentelure, perforation: 12 x 12 ½
formato, format, size: 40 x 30,6 mm
impressão, impression, printing: off-set
impressor, imprimeur, printer: Litografia Maia

Folhas, feuilles, sheets:
com 50 ex. de cada taxa, avec 50 ex. de chaque valeur, with 50 copies of each value.

Sobrescritos de 1.º dia, enveloppes du 1er, jour, FDC:
C-6 — 80$00

CTT CORREIOS

Remetente

1996

Prémio Nobel da Paz

D. XIMENES BELO
JOSÉ RAMOS-HORTA

Destinatário

CARTA INTEIRA
LETTRE ENTIÈRE
PRE-STAMP

Selo, timbre-poste, stamp:
47$00

designer: José Brandão
papel, papier, paper: IOR, 120 g/m^2
formato, format, size: DL
impressão, impression, printing: off-set
impressor, imprimeur, printer: Litografia Maia
tiragem, tirage, printing figure: 100.000 ex.
preço, prix, price: 47$00

Encomendas a, Demandes à, Orders to:

Direcção de Serviços de Filatelia
Av. Casal Ribeiro, 28-6.º
1049 LISBOA CODEX

Estação de Correios Casal Ribeiro
Av. Casal Ribeiro, 28-1.º
1000 LISBOA

Estação de Correios de Ceuta
Rua de Ceuta, 55-61
4000 PORTO

Estação de Correios Fernão de Magalhães
Av. Fernão de Magalhães, 223
3000 COIMBRA

Estação de Correios de Évora
Rua de Olivença
7000 ÉVORA

Estação de Correios do Alportel
Rua do Alportel, 8-17
8000 FARO

Estação de Correios Zarco
Av. Zarco
9000 FUNCHAL

Estação de Correios Antero de Quental
Av. Antero de Quental
9500 PONTA DELGADA (AÇORES)

Correios de Macau / Divisão de Filatelia
Largo do Senado
MACAU

N.º 554

10.500 ex.

PELOS DIREITOS DO POVO DE TIMOR-LESTE

Abrangendo à volta de 18 mil km^2 da região Leste da maior e mais oriental das pequenas ilhas do extenso arquipélago de Sonda (actual Nusa Tenggara), Timor (*Oriente*, em língua malaia) é uma realidade histórica e sócio-cultural com especificidades que a singularizam e tornam distinta naquela área geográfica do Mundo.

O seu território, medindo cerca de 450 km no seu eixo maior e uns 100 km na maior largura, inclui a parte mais montanhosa da ilha, o enclave de Oe-cussi, na parte ocidental, e Ataúro, uma pequena ilha a norte de Díli, a capital e principal porto. Dista apenas 430 km do cabo Bougainville, da Austrália, mas está a mais de 2400 km de Jacarta, capital da Indonésia.

Estes limites terrestres foram estabelecidos pelo tratado assinado, em 1859, entre Portugal e a Holanda, enquanto potências coloniais que partilhavam a ilha, mas ratificado apenas em 1904 pela Convenção Luso-Holandesa de Haia. Entretanto, a região ocidental da ilha, correspondente à área da antiga colónia holandesa, foi integrada na Indonésia, aquando da sua independência, em 1945.

Até à chegada dos Portugueses, no primeiro quatel do século XVI, foram vários os povos que, desde a pré-história, se instalaram na ilha. No Neolítico, cerca de 3500 anos a. C., verificou-se uma elevada migração papua-melanésia, que estará na origem de cinco das mais de trinta línguas étnicas de Timor. Entretanto, em 2500 a. C., terá começado a sentir-se a influência da civilização malaio-polinésica, à qual devem remontar os traços fundamentais da actual cultura timorense. Desde a Idade do Bronze até ao século V é a civilização Dong-Son, vinda do Vietname, que impera em toda a região. Contudo, no século I, esta é substituída pela suserania dos Indianos, provenientes de Samatra e de Java, mas à qual, progressivamente, se vão sobrepondo os Chineses, que comerciavam na área desde a época dos Chou (1150-249 a. C.). Contudo, tanto a cultura chinesa, como a indo-javanesa – apenas na zona de Suai subsistem danças de carácter hindu – são quase imperceptíveis na ilha, ao contrário da malaia, que teve uma influência nítida e perene na vida dos Timorenses.

Tal como os mercadores que os precederam, também os portugueses viram na ilha uma fonte abundante de sândalo. Porém, a influência portuguesa limitou-se a acções missionárias, de tal forma que só em 1646 se estabeleceu uma sede de governo no território que mais tarde, depois de perdida a parte ocidental para os Holandeses, se instalou, definitivamente, em Díli. De tal maneira foi a ocupação militar e administrativa do território que esta só ficou concluída no século XX, após uma campanha de pacificação efectiva levada a cabo depois de vencida uma série de rebeliões sangrentas que eclodiram entre 1894 e 1912.

Nessa altura, com o descalabro do comércio do sândalo e Portugual mergulhado numa profunda depressão depois da I Grande Guerra, mais se agravou o subdesenvolvimento de Timor-Leste, apesar de algumas obras de fomento promovidas pelos governadores Teófilo Duarte (1926-29) e Álvaro da Fontoura (1937-39). A sua economia resumia-se a uma modesta produção de café de qualidade, que representava 90 por cento das exportações.

Com a II Guerra Mundial, Timor passou a ter enorme importância estratégica, pelo que, apesar dos protestos de Portugal, país neutral, foi ocupado, entre 1942-45, primeiro por pequenos contingentes holandeses e australianos e, depois, por 20 mil soldados japoneses. Contudo, algumas centenas de soldados australianos que ficaram na ilha, empreenderam então uma guerra de guerrilha, matando cerca de 1500 militares nipónicos. Mas o êxito dessas acções não seria possível sem a ajuda inestimável dos Timorenses, que pagaram duramente esse apoio. "Os japoneses destruíram aldeias inteiras – sublinha o documento *Timor-Leste, os Factos Fundamentais*, formulado pela British Coalition for East Timor (BCET) e editado pela Comissão para os Direitos do Povo Maubere (CDPM) com o apoio da Divisão de Bibliotecas e Documentação da Câmara Municipal de Lisboa –, roubaram mantimentos e executaram timorenses que viviam nas áreas onde os australianos actuavam. As explorações situadas nas zonas de guerra foram abandonadas, o que provocou a fome. Se incluirmos as mortes causadas pelos bombardeamentos aéreos dos Aliados, que se destinavam a preparar o terreno para a recaptura da ilha, morreram mais de 40 mil timorenses orientais durante a guerra."

Portugal reconquistou o domínio do território praticamente arruinado no fim do conflito e promoveu, desde então, a recuperação e melhoria das infra-estruturas nas áreas da saúde, educação e das comunicações, sendo construídos cerca de 2 mil kms de estradas. Verificou-se também algum crescimento económico, que foi acompanhado por uma estabilidade política apenas posta em causa por uma rebelião, em 1959, que foi prontamente abafada. Porém, antes do derrube do poder colonial de Lisboa, em 25 de Abril de 1974, a situação em Timor-Leste era estável, apesar da estagnação social e económica resultante da grande distância da metrópole e da rotina administrativa que, em geral, caracterizava a actuação das autoridades portuguesas.

Depois da Revolução, as novas autoridades definiram, inequivocamente, o seu objectivo de proceder à descolonização de todos os territórios ultramarinos, sendo então criados partidos políticos em Timor-Leste. O que os separava, fundamentalmente, era a sua atitude quanto ao futuro do território. Como refere o documento da BCET, "os dois partidos mais populares eram a União Democrática Timorense (UDT) e a Frente Revolucionária para a Independência de Timor-Leste (FRETILIN)", de inspiração marxista. Apenas a Associação Popular Democrática Timorense (APODETI) – que era financiada pela Indonésia e nunca teve mais de 300 apoiantes – era a favor da integração naquele país. Tanto para a UDT, partidária da manutenção de certas ligações com Portugal, como para a FRETILIN, a independência era o objectivo principal e, apesar de preverem um calendário diferente, formaram (em Janeiro de 1975) uma coligação, que veio a desfazer-se (em Maio), não tanto por divergências ideológicas incompatíveis mas, sobretudo, devido à persistente campanha de desestabilização conduzida pela Indonésia. Não obstante, Adam Malik, ministro dos Negócios Estrangeiros indonésio, declarara em 17 de Junho de 1974: "Todos os países têm direito à independência, sem excepção para o povo de Timor... Qualquer que seja o governo de Timor no futuro, depois da independência, pode estar certo de que o governo se empenhará em manter boas relações de amizada e cooperação, para bem de ambos os países".

Em 11 de Agosto de 1975, e após o regresso de urgência de alguns dos seus principais dirigentes, a UDT ocupa os lugares-chave. Dias depois, mais numerosa e bem equipada, a FRETILIN contra-ataca e, em três semanas, conquista o domínio da colónia e torna-se no governo "de facto", embora continue a reconhecer a soberania portuguesa. Segundo a Cruz Vermelha Internacional, cerca de três mil pessoas morrem nesta guerra civil. "Com o intuito de justificar a mentira de que a guerra civil não terminara, de que a FRETILIN era responsável pela escalada de atrocidades e de que milhares de refugiados estavam em fuga para Timor-Ocidental, as tropas indonésias assassinaram, em Balbo, cinco jornalistas da televisão australiana", afirma a British Coalition for East Timor.

Apesar dos esforços do Governo português no sentido de solucionar pacificamente o conflito entre os partidos timorenses e retomar o processo de descolonização (que previa a eleição livre de uma Assembleia Constituinte que escolheria o futuro político do território) a FRETILIM declarou unilateralmente a independência em 28.11.1975, a que respondeu a UDT com um apelo à integração na Indonésia.

A 7 de Dezembro de 1975 a Indonésia ataca Díli, por mar e ar, e invade Timor-Leste com pesadas forças militares. "Centenas de timorenses foram, indiscriminadamente, abatidos nas ruas e foi grande o número de execuções públicas – confirma a BCET. Reforços substanciais esmagam a forte resistência em Díli. Em Fevereiro de 1976, o Vice-Governador de Timor-Leste, de nomeação indonésia, admite que 60 mil pessoas tinham morrido desde a invasão." No fim de Maio, quando mais de 500 mil timorenses já tinham sido deslocados e se encontravam no território cerca de 32 mil soldados indonésios, foi convocada pelos ocupantes uma "Assembleia do Povo", tendo os 28 delegados a este órgão não eleito aprovado um pedido de integração, que o Parlamento indonésio atendeu favoravelmente. A 17 de Julho, o Presidente Suharto assina a lei que anexa Timor-Leste como a 27.ª província da Indonésia.

Com esta decisão, Jacarta ignorou a Resolução 3485 da XXX Assembleia Geral das Nações Unidas, de 12 de Dezembro de 1975, e a Resolução 384 do Conselho de Segurança que, por unanimidade, logo em 22 de Dezembro desse ano, exigiu ao "Governo da Indonésia que retirasse, sem demora, todas as suas forças do território". Ficará também por cumprir a exigência a todos os Estados para que "respeitem a integridade de Timor-Leste, assim como o direito inalienável do seu povo à autodeterminação e independência, de acordo com a Resolução 1514 da Assembleia Geral". Estas exigências são renovadas pelo Conselho de Segurança na sua Resolução 389, de 22 de Abril de 1976, aprovada apenas com as abstenções dos Estados Unidos e do Japão e pela Resolução da XXXI Assembleia Geral 31/53 de 1 de Dezembro de 1976. A integração de Timor-Leste na Indonésia nunca foi reconhecida pelas Nações Unidas nem pela esmagadora maioria dos Estados.

Apesar de dotadas de recursos muito superiores, as forças indonésias sofreram numerosas baixas antes de conseguirem dominar todo o território, limitando-se a controlar as zonas costeiras e fronteiriças. Nos primeiros tempos, os nacionalistas mantiveram o domínio de diversas posições no terreno, mas, a partir de 1977, Jacarta reformula a sua táctica e lança vastas campanhas de cerco e aniquilação. Os guerrilheiros sofrem diversos reveses, cujas consequências se fazem sentir entre a população que lhes dá apoio. "As zonas montanhosas, onde as populações se refugiaram – informa a CDPM – foram intensamente bombardeadas, impedindo o cultivo dos campos. A fome veio juntar-se aos efeitos dos ferimentos, das doenças e dos deslocamentos. Em 1978 e 1979, milhares de timorenses foram forçados a abandonar as montanhas. Comunidades inteiras foram separadas e agrupadas em 'aldeias estragégicas'." A situação torna-se ainda mais drástica na medida em que Jacarta isola por completo o território do mundo exterior, o que dificulta e até impossibilita as ajudas humanitárias. Consoante as fontes, o conflito terá provocado, nos primeiros anos, entre 100 mil a 200 mil mortos no meio da população civil. Uma realidade catastrófica, atendendo a que, em 1975, se calculava em 750 mil o total de habitantes do território, enquanto o censo indonésio de Julho de 1979 registava a existência de 522 433 timorenses.

Em 1980, os Indonésios tinham conseguido controlar todo o país, acreditando que o movimento nacionalista estava aniquilado. Contudo, na zona oriental da ilha, um grupo de sobreviventes reúne-se em volta de Xanana Gusmão e recomeça a resistência, actuando com unidades reduzidas e conduzindo uma guerrilha defensiva clássica. Em 1983, os dois lados parecem interessados numa solução política negociada e Xanana Gusmão chega a encontrar-se com o coronel Purwanto, comandante das forças indonésias estacionadas em Timor-Leste. As tréguas acabaram passados quatro meses – sem que se registassem progressos para a obtenção de uma plataforma de acordo –, quando a Indonésia rompeu o cessar-fogo para lançar o que classificou de "ofensiva final" contra a guerrilha. Mas se a operação militar em larga escala lançada em 1981 redundou num fracasso, a de 1983-84 e, depois, as de 1986-87, 1988 e 1990 também não chegaram para derrotar as FALINTIL, que continuaram a resistir ao aniquilamento e conseguiram mesmo criar ligações com a resistência civil de centros urbanos estratégicos, como Díli.

Assim, em 12 de Novembro de 1991, após assistirem a uma missa em memória de um independentista, os manifestantes marcharam pelas ruas da capital até ao cemitério de Santa Cruz. Nessa altura, as tropas indonésias atiraram, deliberadamente, sobre a multidão, matando mais de 200 pessoas. Um massacre filmado e testemunhado por vários jornalistas estrangeiros e que o Mundo repudiou e condenou.

Apesar dos subterfúgios do Governo de Jacarta para fugir às suas responsabilidades, o massacre de Santa Cruz levou, sob proposta portuguesa, à retoma de conversações entre Portugal e a Indonésia, sob a égide do Secretário-Geral das Nações Unidas. Uma primeira fase inconclusiva dessas conversações tinha já decorrido entre 1984 e 1986.

Em 1993, após a sua prisão, em 20 de Novembro do ano anterior, Xanana Gusmão encontrava-se encarcerado na prisão de Cipinang, cumprindo uma pena de 20 anos, e o seu substituto, Ma'Huno, foi preso em Ainaro poucos meses depois de ter sido nomeado. Um novo líder, Koris Santana veio a assumir, então, a direcção das FALINTIL. Apesar destas fragilidades, que determinaram uma redução da actividade armada, continuam a chegar com alguma regularidade notícias de combates no interior do território e o contigente militar indonésio estacionado em Timor-Leste, constituído por cerca de 20 mil homens, não diminui.

Entretanto, começaram as ocupações de embaixadas estrangeiras em Jacarta por jovens timorenses. A primeira foi protagonizada por um grupo de estudantes que pediu asilo político nas embaixadas da Finlândia e da Suécia. Desde então, cerca de cem timorenses já empreenderam mais de 15 acções idênticas, sendo de assinalar, pelo seu alcance mediático, as concretizadas por ocasião da cimeira da APEC (Associação Económica Ásia Pacífico), aquando da presença do presidente dos Estados Unidos e de outros líderes mundiais na capital indonésia.

Por outro lado, depois de um interregno de mais de um ano, recomeçaram as manifestações anti-integracionistas em Díli. E, em 1995, primeiro em Baucau, segundo núcleo urbano, e, depois, na capital, "os protestos de rua atingiram um nível nunca visto anteriormente em Timor-Leste", sublinha a CDPM. Os confrontos entre a população e a polícia obrigaram ao fecho do comércio, à imposição do recolher obrigatório e ao envio de reforços de Jacarta.

Paralelamente, e sob os auspícios do Secretário-Geral das Nações Unidas, como se disse, realizaram-se também desde 1992, à média de duas por ano, nove rondas negociais entre os ministros dos Negócios Estrangeiros de Portugal e da Indonésia, que se revelaram, no entanto, muito pouco frutíferas. Algum progresso, porém, se conseguiu realizar quanto à participação de timorenses de diferentes tendências políticas neste processo de diálogo. Em Outubro de 1994, ambos os ministros dos Negócios Estrangeiros receberarm oficialmente, mas à margem das negociações, delegações timorenses de diferentes tendências. Em 1995 e 1996 formalizou-se a sua participação indirecta, embora regular, no processo negocial, através dos chamados "encontros intra-timorenses". Contudo, apesar da importância destes passos, a via diplomática ainda não propiciou avanços determinantes para o futuro de Timor-Leste.

Com a internacionalização do conflito e as crescentes exigências da opinião pública, assim como as posições adoptadas por diversas instituições de âmbito mundial e por inúmeras organizações não governamentais têm-se intensificado as pressões sobre a Indonésia. Desde 1992, tem a questão de Timor-Leste sido alvo de sucessivos debates na Comissão dos Direitos do Homem (CDH) da ONU. Na sequência destas resoluções da CDH, dois enviados especiais do Secretário-Geral da ONU deslocaram-se a Timor-Leste, em 1994 e 1995, e produziram relatórios extremamente críticos sobre a realidade que se vive no território. Também a Subcomissão das Nações Unidas para a Prevenção e Protecção das Minorias, composta por peritos independentes, aprovou várias resoluções sobre a situação. Por outro lado, a Amnistia Internacional e a Ásia Watch, apesar de não terem sido autorizadas a entrar em Timor, têm publicado, com regularidade, relatórios que documentam o desrespeito pelos direitos humanos na ilha.

Também a União Europeia adoptou, em 25 de Junho de 1996, uma posição comum sobre a questão timorense, após ter feito, em ocasiões anteriores, numerosas declarações críticas sobre a situação no território e de apelo ao respeito pelos legítimos interesses e aspirações dos Timorenses. A situação em Timor-Leste tem bloqueado a conclusão de um novo acordo de cooperação UE/ASEAN (Associação dos Países do Sudeste Asiático). Entretanto, o Congresso dos Estados Unidos foi ainda mais longe nas suas pressões, suspendendo, em 1993, o programa de formação e treino dos soldados indonésios nos EUA, aprovando, no ano seguinte, o embargo do fornecimento de armas ligeiras e de controle de multidões.

Prisões, torturas, execuções sumárias e desaparecimentos continuam a ser uma prática comum dos ocupantes no território, como o demonstra a experiência destes 20 anos. Até que seja reconhecido aos Timorenses o direito de realizarem um verdadeiro acto de autodeterminação, não haverá solução aceitável para o problema de Timor-Leste.

Paladinos deste direito inalienável, D. Carlos Ximenes Belo, administrador apostólico de Díli, e José Ramos Horta, representante da Resistência timorense no exterior, acabam de ser galardoados, em 1996, com o Prémio Nobel da Paz.

LES DROITS DU PEUPLE DE TIMOR-EST

Comprenant près de 18.000 kilomètres carrés de la région est de la plus grande et plus orientale des petites îles du vaste archipel de Sonda (l'actuel Nusa Tenggara), Timor (qui signifie "orient" dans le langage malaisien) est une réalité historique et socio-culturelle avec des caractéristiques qui la singularisent et la différencient en dedans cet espace géographique du monde.

Avec près de 450 kilomètres de longueur et environ 100 kilomètres de largeur, son territoire comprend la région plus montagneuse de l'île (l'enclave de Oe-cussi dans la moitiè occidentale) et Ataúro, une petite île au nord de Dili, la capitale où se situe le port le plus important. Le cap Bougainville se situe seulement à 430 kilomètres, mais Djakarta, la capitale de l'Indonésie, se trouve a plus de 2.400 kilomètres de Timor.

Ces frontières terrestres ont été établies d'après le traité signé en 1859 par Portugal et la Hollande, états coloniaux qui partageaient l'île, mais le traité a été seulement ratifié en 1904 par la Convention Luso-Hollandaise de La Haye. Cependant, la région occidentale de l'île, celle qui correspond à l'ancienne colonie hollandaise, fut intégrée par l'Indonésie en 1945 quand la région est devenue indépendante.

Jusqu'à l'arrivée des portugais au premier quart du XVIème siècle, beaucoup de peuples, dès la préhistoire, se sont installés sur l'île. En effet, au néolithique, vers 3500 ans av.J.C., survient une grande migration papous-mélanésienne qui sera la probable origine de cinq des plus de trente langues ethniques parlées à Timor. Cependant, en 2500 av.J.C., l'influence de la civilisation malaio-polynesienne commence à se faire sentir, et ce fut dans cette civilisation que la culture timorenne a cherché ses traits fondamentaux. Depuis l'Age du Bronze jusqu'au Vème siècle c'est la civilisation Dong-Song, venue du Viêt-Nam, qui régne sur toute la région. Néamoins, cette souveraineté est remplacée par celle des hindous, provenant de Java et Sumatra, mais les chinois, qui faisaient le commerce dans la région depuis l'époque des Chou (1150-249 av.J.C.), s'imposent progressivement. Toutefois, tant la culture chinoise, tant la indo-javanaise (on rencontrera des dances hindous seulement dans la région de Suai) sont presque imperceptibles dans l'île, au contraire de la culture malaise qui a eu une influence claire et durable sur la vie des timorens.

Ainsi que les marchands précédents, les portugais ont aussi regardé l'île comme une source abondante de sandal. Pourtant, l'influence portugaise s'est confiné dans des actions missionnaires, de telle façon que seulement en 1946 a été établi dans le territoire un siège du gouvernement portugais que plus tard, quand les portugais perdent la région occidentale pour les hollandais, il s'est installé en définitif à Dili. L'occupation militaire et administrative du territoire a été telle qu'elle s'est accomplie seulement au XXème siècle, après une campagne de pacification effective réalisée suite une série de rébellions sanglantes qui ont éclaté entre 1894 et 1912 et furent vaincues.

Pendant ce temps, avec la déroute du commerce du sandal et la situation de profonde crise que le Portugal traversait après la 1ère Guerre Mondiale, l'état de sous-développement de Timor-est s'a aggravé encore plus, malgré les travaux de développement promus par les gouverneurs Teófilo Braga (1926-29) et Álvaro da Fontoura (1937-39). L'économie du territoire se résumait a une modeste production de bon café qui représentait 90 pour cent des exportations.

Avec la IIème Guerre Mondiale Timor gagne une énorme importance stratégique et par conséquence, malgré les protestations du Portugal, pays neutre, est occupé entre 1942-45, d'abord par petits contingents hollandais et australiens, et après par 20.000 soldats japonais. Cependant, quelques centaines de soldats australiens qui étaient dans l'île ont commencé une guerre de guerrilla et ont tué près de 1.500 militaires japonais. Mais le succès de ces actions ne seraient pas possible sans l'aide inestimable des timorens qui ont durement payé cette colaboration. "Les japonais ont détruit des villages entiers", souligne le document Timor-est, Les Faits Fondamentaux, formulé par le British Coalition for East Timor (BCET) et edité par la Commission pour les Droits du Peuple Maubere (CDPM) avec le soutien de la Division des Bibliothèques et Documentation de la Mairie de Lisbonne, "ont volé des vivres et exécuté les timorens qui vivaient dans les régions où les australiens agissaient. Les exploitations agricoles qui se situaient dans les zones de guerre ont été abandonnées et a causé la famine. S'on compte avec les morts provoquées par les bombardements des Alliés, destinés a preparer le terrain pour la recapture de l'île, plus de 40.000 timorens orientaux ont été tués pendant la guerre."

Le Portugal a reconquis le domaine du territoire pratiquement détruit a la fin du conflit et a mis en train depuis lors la récupération et amélioration des infrastructures dans le domaine de la santé, de l'éducation et des communications en construisant près de 2.000 kilomètres de routes. Il s'est verifié aussi un petit accroissement économique accompagné d'une stabilité politique seulement menacée d'une rébellion en 1959 promptement étouffée. Cependant, avant la destitution du gouvernement colonial de Lisbonne, le 25 avril 1974, la situation de Timor-est était stable, malgré la stagnation sociale et économique resultant de la grande distance de la métropole et de la routine administrative que caractérisait, en général, l'agissement des autorités portugaises.

Après la Révolution, les nouvelles autorités ont défini indubitablement leur objectif de décoloniser tous les territoires d'outre-mer et quelques partis politiques se sont formés alors à Timor-est. Ce qui les séparait était son attitude concernant le futur du territoire. Comme l'indique le document de la BCET, "les deux partis plus populaires étaient l'Union Democratique Timorenne (UDT) et la Frent Revolucionaire pour l'Indépendance de Timor-est (FRETILIN), d'inspiration marxiste. Seulement l'Association Populaire Democratique Timorenne (APODETI), financée par l'Indonésie et qui comptait moins de 300 sympatisants, était pour l'intégration à l'Indonésie. Tant pour l'UDT, partisane du maintien de certaines liaisons avec le Portugal, que pour la FRETILIN, l'indépendance était l'objectif principal et, nonobstant une date différente pour le obtenir, en janvier 1975 les deux partis constituèrent une coalition qui se dissoudra en mai, non à cause de divergences idéologiques incompatibles, mais surtout comme conséquence de la campagne persistante de déstabilisation conduite par l'Indonésie". Quand même, Adam Malik, ministre des affaires étrangères indonésien, avait declaré le 17 juin 1975 que "tous les pays ont le droit a l'indépendance, sans exception pour le peuple de Timor... Quel que soit le futur gouvernement de Timor après l'indépendance, il peut être sûr que le gouvernement indonésien s'engagera pour maintenir des bonnes relations d'amitié et de coopération au profit de les deux pays".

Le 11 août 1975 et après le retour d'urgence de quelques dirigeants, l'UDT occupe les postes les plus importants. Quelques jours plus tard, plus nombreuse et bien equipée, la FRETILIN contre-attaque et en trois semaines conquiert le domaine de la colonie et devient le gouvernement de fait, reconnaissant quand même la souveraineté portugaise. D'après la Croix Rouge Internationale près de 3.000 personnes sont mortes pendant cette guerre civile. "Dans le but de justifier le mensonge selon lequel la guerre civile n'avait pas fini, que la FRETILIN était responsable de l'escalade des atrocités et que des milliers de réfugiés étaient en fuite vers Timor occidental, les soldats indonésiens ont tué à Balbo cinq journalistes de la télévision australienne", affirme la British Coalition for East Timor. Malgré les efforts du gouvernement portugais pour solutionner pacifiquement le conflit entre les partis timorens et reprendre le processus de décolonisation (qui présupposait l'élection libre d'une Assemblée Constituante qui choisirait le futur politique du territoire), la FRETILIN déclare unilatéralement l'indépendance le 28 novembre 1975, à laquelle l'UDT a répondu avec un appel a l'intégration à l'Indonésie.

Le 7 décembre 1975, l'Indonésie attaque Dili par mer et par air et envahit Timor-est avec une forte puissance militaire. "centaines de timorens ont été tués indistinctivement dans les rues et un grand nombre d'éxécutions publiques se sont produi pendant ce temps-lá, confirme la BCET. Des renforts sucessifs et substanciels écrasent la forte opposition à Dili. En fevrier 1976, le Sous-Governeur de Timor-est, nommé par l'Indonésie, admet que 60.000 personnes étaient mortes depuis l'invasion". À la fin de mai, quand plus de 500.000 timorens avaient déjà été déplacés et après que 32.000 soldats indonésiens étaient dans le territoire, les occupants convoquent une "Assemblée du Peuple" et les 28 délégués de cette organisation non élus approuvent un requête d'intégration à laquelle le Parlement

request of integration, which the Indonesian parliament considered favourably. June 17 President Suharto signs the law that annexes East Timor and makes it the 27th province of Indonesia.

Issuing this law, Jakarta ignored Resolution 3485 of the 30th United Nations General Assembly (dated December 12, 1975) and Resolution 384 of the United Nations Security Council (issued December 22 of that same year), which unanimously demanded from the Indonesian government "the immediate withdrawal of all the forces from the territory". The demands of Resolution 1514 of the UN General Assembly are equally left unmet: "All states are obliged to respect the integrity of East Timor, as well as the inalienable right of its people to self--determination and independence." These demands are newly made in Resolution 389 of the UN Security Council (approved April 22, 1976, although the United States and Japan abstained from voting) and in Resolution 3153 (dated December 1, 1976) of the 31st UN General Assembly. The integration of East Timor in Indonesia was never recognized by the United Nations nor by the overwhelming majority of states.

With far superior military resources the Indonesian forces suffered numerous losses before they were able to dominate the whole territory, and they did but control the coastal and border areas. At first the nationalists maintained the control over several positions, but from 1977 on Jakarta reviews its tactics and launches vast campaigns of siege and annihilation. The guerrillas suffer several reverses, the consequences of which are felt among the population that offered them support. "The mountainous areas to which the populations fled" CDPM informs "have been heavily bombed, so as to prevent the ground from being cultivated. Famine joined hands with the effects of the injuries, the illnesses and the displacements. In 1978 and 1979 thousands of Timorese were forced to leave the mountains. Entire communities were separated and regrouped in "strategic villages". The situation becomes even more severe in so far as Jakarta completely isolates the territory from the outside world, which renders all humanitarian support not only difficult but virtually impossible. According to different sources the conflict must have caused between 100,000 and 200,000 deaths among the civilian population in the first years. A catastrophic reality, if you think that in 1975 the total number of inhabitants of the territory was estimated at 750,000, while the Indonesian census of July 1979 registered the existence of 522,433 Timorese.

In 1980 the Indonesians had finally managed to exert their control over the entire country and thought that the nationalist movement was annihilated. However, in the eastern part of the island a group of survivors gathers around Xanana Gusmão and puts the resistance movement back on its feet. They acted in small units and conducted a classic defensive guerrilla warfare. Around 1983 both sides seemed to be intent on a negotiated political solution and Xanana Gusmão even met colonel Purwanto, who commanded the Indonesian forces in East Timor. The truce was broken four months later and no progress had been made to reach a platform of agreement: Indonesia interrupted the cease-fire in order to launch what was then called the "final offensive" against the guerrillas. If the major military operation that was launched in 1981 failed, the one of 1983-1984, and then that of 1986-87, 1988 and 1990 were also not enough to defeat the FALINTIL, since these went on resisting to annihilation and even managed to establish connections with the civilian resistance of strategic urban centers such as Dili.

So it was that November 12, 1991, after having attended a mass in memory of an independence fighter, the manifestants marched along the streets of the capital to the cemetery of Santa Cruz. At that time Indonesian troops started shooting deliberately over the crowd, killing over 200 people. This massacre was filmed and witnessed by several foreign journalists and was repudiated and condemned by the entire world.

In spite of the subterfuges of Jakarta's government to avoid responsabilities, the massacre of Santa Cruz led to the Portuguese proposal of resuming the conversations between Portugal and Indonesia under the auspices of the United Nations Secretary General. Inconclusive conversations had already been held between 1984 and 1986.

In 1993, and following his arrest in November 20 of the previous year, Xanana Gusmão was incarcerated in Cipinang prison in order to serve a 20 year sentence. His substitute, Ma'huno, was arrested in Ainaro a few months after being appointed and a new leader, Konis Santana, assumed then the responsability of conducting the FALINTIL.

In spite of these frailties, which caused a reduction of the armed activity, we still hear news of combats in the inner regions of the territory regularly. The Indonesian military contingent in East Timor, 20,000 men strong, has not been reduced so far.

Meanwhile the occupations of foreign embassies in Jakarta by young Timorese started. The first such occupation was done by a group of students that invoked the status of political refugee in the Finnish and the Swedish embassies. Since then about a hundred Timorese have undertaken over 15 such actions, and perhaps the most remarkable one (due to the media coverage it deserved) was organized during the APEC (Asia-Pacific Economic Cooperartion) summit, when the American president and other world leaders were in the Indonesian capital.

On the other hand, following an interruption of more than a year, the anti-integrationist demonstrations started afresh. And in 1995, first in Baucau (second largest city) and then in the capital, "the street protests reached a peak that had never before been seen in East Timor", as the CDPM put it. The confrontations of the population with the police led to the imposition of a curfew, the closing of all commercial stores and the sending of military reinforcements from Jakarta.

Ever since 1992 and under the auspices of the UN Secretary General nine high-level talks (two each year) have been held between the Portuguese and Indonesian ministers of Foreign Affairs. These proved, however, not to be too fruitful. Some progress was nevertheless achieved as far as the participation of Timorese of different political tendencies in this process of dialogue is concerned. In October 1994 both ministers of Foreign Affairs had an official meetint (though not during the negotiations) with Timorese delegations of different tendencies. In 1995 and 1996 their indirect but effective participation in the negotiation process occurred through the so-called "intra-Timorese meetings". In spite of the importance of all these facts, diplomacy has not yet attained significant advances regarding the East Timor issue.

With the internationalization of the conflict and the growing demands of the public opinion, as well as with the positions adopted by various institutions of international level and by several non-governmental organizations, the pressure on Indonesia has been intensified. Since 1992 the question of East Timor has been the subject of several debates in the UN Commission on Human Rights (UNCHR). As a consequence of these UNCHR resolutions, two UN Secretary General special envoys were sent to East Timor in 1994 and 1995 and produced rather critical reports on the reality of life in the territory. The UN Subcommission for the Prevention and Protection of Minorities, composed by independent experts, did also approve various resolutions on the situation. On the other hand Amnesty International and Asia Watch, although they were not permitted entering Timor, have regularly issued reports that give an account of the human rights violations that occur on the island.

In June 25, 1966 the European Union (EU) adopted a common position regarding the Timor issue, after having made several critical statements on the situation in the territory and after having appealed for the respect of the legitimate interests and ambitions of the Timorese in previous occasions. The situation in East Timor has obstructed the conclusion of a new EU/ASEAN (Association of Southeast Asian Nations) cooperation agreement. Meanwhile the US Congress further increased the pressure by interrupting in 1993 the training programs of Indonesian soldiers in the USA. Another important measure was the embargo on all supplies of light weapons and riot control weapons in 1994.

Arrests, tortures, executions and the sudden disappearance of persons are still common practice among the occupants of the territory, as it has been shown in the last 20 years. As long as the Timorese are not granted the right to perform a single act of self-determination, there will be no acceptable solution for the problems of East Timor.

Paladins of that inalienable right, D. Carlos Ximenes Belo, apostolic delegate of Dili, and José Ramos Horta, representative of the Timorese Resistance abroad, have recently been awarded the Nobel Peace Prize in 1996.

THE RIGHTS OF THE PEOPLE OF EAST TIMOR

Covering about 18,000 square kilometres in the eastern region of one of the largest and easternmost of the small islands of the vast Sunda archipelago (nowadays Nusa Tenggara province), Timor (which means "east" in the Malayan language) is an historic and sociocultural reality with specific characteristics that make it unique and distinct in that part of the world.

About 450 kilometers long and some 100 kilometers wide, the territory of Timor includes the island's most mountainous area, the enclave of Oe-cussi, in its western half, and Ataúro, a small island north of Dili, the capital city and main port of the island. The island lies only 430 kilometers apart from cape Bougainville, in Australia, but some 2400 kilometers from Indonesia's capital, Jakarta.

These territorial limits were established by a treaty signed in 1859 by Portugal and the Netherlands, as colonial powers that shared the island. The treaty was not ratified until 1904 by the Portuguese-Dutch The Hague Convention. In the meantime the western half of the island, a former Dutch colony, became part of Indonesia, when this country became independent in 1945.

Prior to the arrival of the Portuguese on these shores, which happened in the first quarter of the 16th century, many other people had settled on the island ever since prehistoric times. In the Neolithic Period, some 3500 years B.C., an intense papuan--melanesian migration took place and that was supposedly the source from which five of the more than thirty ethnic languages of Timor have arisen. Meanwhile, around 2500 B.C., the influence of the malayo-polinesian civilization started to be felt, and the fundamental traits of the Timorese culture of our days must have had their origin in precisely that civilization. From the Bronze Age till the 5th century the Dong-Son civilization (of Vietnamese origin) dominates the entire region. However, in the 1st century this civilization was replaced by that of the Indian suzerains, of Sumatran and Javanese provenance. The Chinese will progressively impose themselves on this region, where they had already traded ever since the Chou dynasty (1150 - 249 B.C.). The Chinese culture, as much as the Indo-Javanese, are nevertheless almost imperceptible (some dances of Hindu inspiration still remain in existence near Suai) in the island, quite unlike the Malayan culture, which had a clear and lasting influence on the life of the Timorese.

As much as the traders that preceded them, the Portuguese too did look at the island as an important source of sandalwood. The Portuguese influence was, however, circumscribed to some missionary actions, so that not before 1646 was there a seat of government established in the territory, which, later on, after having lost the western part of the island to the Dutch, was definitively chosen to be Dili. The military and administrative occupation of the territory was not brought to an end before the 20th century; it was not effective before the undertaking of a pacification campaign preceded by a series of bloody rebellions that emerged and were quelled between 1894 and 1912.

At that time, with the collapse of the sandalwood trade and with Portugal immersed in a profound depression after World War I, East Timor's underdevelopment was further increased, in spite of some public works promoted by the governors Teófilo Duarte (1926-29) and Álvaro de Fontoura (1937-39). The economia was based in a modest production of high quality coffee, which accounted for 90% of the territory's exports.

During World War II Timor had an enormous strategic importance, and that is why, in spite of Portugal's objections (Portugal was then a neutral country), it was first occupied by small Dutch and Australian contingents and, later on, by 20,000 Japanese soldiers from 1942 till 1945. However, a few hundreds of Australian soldiers that were then on the island started a guerilla warfare and killed approximately 1,500 Japanese soldiers. The success of those missions would have been impossible were it not for the invaluable help of the Timorese, who payed their support dear. "The Japanese destroyed whole villages" states *East Timor, the Fundamental Facts*, a document elaborated by the British Coalition for East Timor (BCET) and edited by the Comittee for the Rights of the Maubere People (CDPM) with the support of the Library and Documentation Services of CML (Câmara Municipal de Lisboa), Lisbon's municipal authority. "They stole supplies and executed Timorese that lived in the areas where the Australians carried out their missions. The farms located at the war zones were abandoned, and that caused people to hunger. If we include the deaths caused by the Allied air raids that were meant to prepare the ground for the recapture of the island, more than 40,000 East Timorese were killed during the war."

Portugal regained control over that nearly ruined territory at the end of the conflict and promoted since then the restoration and improvement of the infrastructures in the fields of health, education and communications, having built around 2,000 kilometers of roads. A small economic growth did also take place and it was accompanied by a political stability only slightly menaced by a rebellion in 1959 that was promptly supressed. Before the downfall of Lisbon's colonial power April 25, 1974 the situation in East Timor was stable, despite the social and economic stagnation that resulted from the great distance separating the territory from the mother country and from the administrative routine that was generally characteristic of the Portuguese authorities.

After the revolution the new authorities plainly stated their intention of decolonizing all overseas territories, and political parties were formed in East Timor. Their differences were basically their attitudes towards the future of the territory. According to the BCET document "the two parties with the highest degree of popularity were UDT (União Democrática Timorense – Timorese Democratic Union) and FRETILIN (Frente Revolucionária para a Independência de Timor-Leste – Revolutionary Front for the Independence of East Timor)" the latter being of Marxist inspiration. Only APODETI (Associação Popular Democrática Timorense – Timorese Popular Democratic Association), a party financed by Indonesia that never had more than 300 supporters, was in favour of the territory's integration in that country. Independence was the main goal of UDT, which defended that certain connections to Portugal should be maintained, as much as that of FRETILIN, and, in spite of having scheduled the independence process differently, they were able to form a coalition in January 1975. This coalition was broken up in May of that same year, not so much out of incompatible ideological divergences, but, above all, due to Indonesia's persistent destabilization campaign." Adam Malik, minister of Foreign Affairs of Indonesia, had declared June 17, 1974 that "all countries have the right to be independent, and there is no exception for the people of Timor... Whichever government the Timorese may have in the future, after their independence, they can be sure that our government will commit itself to maintaining good relationships of friendship and cooperation, for the sake of both countries."

In August 11, 1975 after the urgent return of some of its main political leaders, UDT holds all key positions. With more supporters and better equipped, FRETILIN counterattacks some days later and in three weeks it gains power over the colony and becomes the de facto government, although the Portuguese sovereignty is still recognized. According to the International Red Cross about 3,000 people die in this civil war. "Aiming to justify the lie that the civil war had not been brought to an end, that FRETILIN was responsible for the increasing number of atrocities com-mitted and that thousands of refugees were escaping towards West Timor, the Indonesian troops have murdered five Australian TV journalists in Balbo." These are the statements of the British Coalition for East Timor.

Despite the efforts of the Portuguese government in working out peacefully the conflict that existed among the Timorese parties and resuming the decolonization process (which called for the free election of a Constituent Assembly that would decide on the political future of the territory), FRETILIN unilaterally declares independence in November 28, 1975. UDT answers by appealing for the integration in Indonesia.

December 7, 1975 Indonesia strikes Dili by sea and by air and invades East Timor with heavy military force. "Hundreds of Timorese were indiscriminately shot in the streets and the number of public executions was high" BCET confirms. "Substantial reinforcements crush the strong resistance in Dili. In February 1976 the Vice-Governor of East Timor, appointed by the Indonesians, admits that 60,000 people have died ever since the invasion took place." By the end of May, when more than 500,000 Timorese had already been forced out of the territory and 32,000 Indonesian soldiers had been brought there, an "Assembly of the People" was summoned by the occupants and the 28 unelected delegates to that convention approved a formal

Indonésien a accédé. Le 17 juillet, le President Suharto signe la loi qui annexe Timor-est comme la 27ème province de l'Indonésie.

Avec cette décision, Djakarta a ignoré la Résolution 3485 de la XXème Assemblée Générale des Nations Unies, du 12 décembre 1975, et la Résolution 384 du Conseil de Securité qui par unanimité a exigé, le 22 décembre de la même année, quele "Gouvernement Indonésien retire, sans retard, toutes ses forces placées sur le territoire.". Il restera aussi pour exécuter l'exigence faite a tous les états de "respecter l'intégrité de Timor-est, ainsi que le droit inaliénable de son peuple à l'auto-détermination et l'indépendance selon la Résolution 1514 de l'Assemblée Générale. Ces exigences sont renovelées par le Conseil de Sécurité avec sa Résolution 389 du 22 avril 1976, sanctionnée seulement par les abstentions des États Unis et du Japon, et par la Résolution 3135 de la XXXIème Assemblée Générale du 1er décembre 1976. L'intégration de Timor-est à l'Indonésie n'a jamais été reconnue par les Nations Unies ni par la majorité écrasante des états.

Malgré leurs ressources supérieures, les forces indonésiennes éprouvent des nombreux morts avant la domination de tout le territoire, alors qu'elles n'ont seulement maintenu le contrôle des régions côtières et frontalières. D'abord, les nationalistes ont maintenu le domaine de plusieurs positions sur le terrain, mais, dés 1977, Djakarta reformule sa tactique et initie des vastes campagnes de sièges et d'aneantissement. Les guérilleros éprouvent plusieurs revers dont les conséquences se reflètent sur la population qui les aide. "Les régions montagneuses, où les populations se sont refugiées", informe la CDPM, "ont été intensivement bombardées, empêchant la culture des champs. La faim se joint de cette façon aux effets des blessures, des maladies et des déplacements. En 1978 et 1979, des milliers de timorens sont obligés de quitter les montagnes des villages intiers ont été séparés et groupés en "villages stratégiques". La situation c'est rendue encore plus difficile puisque Djakarta isole complètement le territoire du monde extérieur ce qui rend difficile ou impossible l'aide humanitaire. Selon les sources, le conflit aura causé, les premières années, entre 100.000 et 200.000 morts parmi la population civile. Une réalité catastrophique vu que, en 1975, le total des habitants du territoire s'estimait à 750.000, tandis que le recensement indonésien de juin 1979 rendait compte de l'existence de 522.433 timorens.

En 1980, les Indonésiens avaient réussi à contrôler tout le pays, croyant que le mouvement nationaliste était annihilé. Cependant, dans la région orientale de l'île, un groupe de survivants se rassembla autour de Xanana Gusmão et recommença la résistance qui opérait avec des groupes réduits et conduisait une guérilla défensive classique. En 1983, les deux cotês montrent de l'intérêt à une solution politique négociée et Xanana Gusmão a eu même une rencontre avec le Colonel Purwanto, le commandant des forces indonésiennes placées sur le territoire de Timor-est. Les trêves finirent après 4 mois sans aucun progrès vers l'obtention d'une plateforme d'un commun accord, quand l'Indonésie rompit le cessez-le-feu, déchaînant ce qui est appelé "offensive finale" contre la guérilla. Mais, si la grande opération militaire initiée en 1981 a été un fracas, celle de 1983-84 et aprés celles de 1986-87, 1988 et 1990 n'ont pas été suffisantes non plus pour battre les FALINTIL qui résistaient encore à l'aneantissement et ont même réussi à établir des liaisons avec la résistance civile de centres urbains stratégiques, par exemple Dili.

Le 12 novembre 1991, après une messe à la mémoire d'un indépendantiste, les manifestants marchèrent dans les rues de la capitale jusqu'au cimetière de Santa Cruz. Les soldats indonésiens tirèrent délibérément sur la foule, tuant plus de 200 personnes. Ce fut un massacre, filmé et témoigné par plusieurs journalistes étrangers, que le monde a répudié et condamné.

Malgré les subterfuges du gouvernement de Djakarta pour s'esquiver des responsabilités, le massacre de Santa Cruz conduisit, sur proposition du Portugal, à la reprise des conversations entre le Portugal et l'Indonésie par la faveur du Secrétaire-Général des Nations Unies. Une première phase sans conclusion de ces conversations s'était déjà écoulée entre 1984 et 86.

En 1983, après son emprisonnement le 20 novembre de l'an dernier, Xanana Gusmão se trouvait emprisonné à Cipinang, subissant une punition de 20 ans et son substitut, Ma'Huno, fut détenu à Ainaro, peu de temps aprés sa nomination. Un nouveu leader, Koris Santana, endosse alors la direction des FLINTIL. Malgré ces fragilités qui résultent en une diminution de l'activité armée, persistent les nouvelles de combats plus au moins reguliers à l'interieur du territoire et le contingent militaire Indonésien placé à Timor-est, constitué de près de 20.000 hommes, ne diminue pas.

Entretemps, les occupations des ambassades étrangères à Djakarta par des jeunes timorens s'initient. La première de ces occupations fut réalizée par un groupe d'étudiants qui a demandé asile politique aux ambassades de Finlande et de Suède. Depuis lors, près d'une centaine de timorens ont déjà entrepris plus de 15 de ces actions. Les plus extraordinaires, à cause de la grande couverture des media, furent peut-être celles concrétisées pendant la conférence de l'APEC (Association Économique Asie Pacifique), quand le Président des États-Unis et d'autres leaders mondiaux étaient dans la capitale indonésienne.

D'un autre cotê, après un interrègne d'un an, les manifestations anti-intégrationistes à Dili recommencent. En 1995, d'abord à Baucau, seconde cité plus importante, et aprés dans la capitale, les "protestations de rue atteignent un point jamais vu à Timor-est", dit la CDPM. Les confrontations entre la police et la population obligent à la fermeture du commerce, à l'imposition d'un couvre-feu et à l'envoi de renforts de troupes de Djakarta.

Parallèlement, et sous les auspices du Secrétaire Général des Nations Unies, ce s'ont realisées, depuis 1992, neuf tours de négociations (environ deux par an) entre les ministres des affaires étrangères du Portugal et de l'Indonésie. Ces négociations ce s'ont revelées, pourtant, peu avantageuses. Quelques progrès ont été cependant obtenus en ce qui concerne la participation de timorens de différentes tendances à ce processus de dialogue. En octobre 1994, les deux ministres des affaires étrangères ont reçu officiellement, mais au-dehors des négociations, délégations timorennes de différentes tendances. En 1995 et 1996, la participation indirecte mais régulière de Timor au processus des négociations, par le moyen des "rendez-vous intra-timorens" a été formalisée. Cependant, malgré l'importance de ces démarches, la voie diplomatique n'a pas encore produit progrès déterminants pour le futur de Timor-est.

Avec l'internationalisation du conflit, les exigences croissantes de l'opinion publique et les positions adoptées par diverses instituitions mondiales et plusieurs organisations nongovernementales, les pressions sur l'Indonésie s'intensifient. Depuis 1992, la question de Timor-est est en butte à des débats successifs par la Commission des Droits de l'Homme (CDH) de l'ONU. Comme conséquence de ces résolutions de la CDH, deux émissaires extraordinaires du Secretaire-Général des Nations Unies sont envoyés à Timor-est en 1994 et 1995. De ces visites résultent quelques rapports extrêmement durs sur le quotidien du territoire. La Sous-Commission des Nations Unies pour la Prévention et la Protection des Minorités, composée par des experts independants, a aussi sanctionée plusieurs résolutions sur la situation. D'autre part, Amnisty International et Asia Watch, nonobstant i'interdition d'entrer à Timor, publient régulièrement bulletins qui documentent l'irrespect des droits de l'homme dans l'île.

L'Union Européenne a aussi adopté, le 25 juin 1996, une position politique commune sur la question timorenne, après avoir fait, en des occasions antérieures, de nombreuses déclarations critiques sur la situation dans territoire et d'appel au respect pour les légitimes intérêts et aspirations des timorens. La situation en Timor-est a bloqué la conclusion d'un nouvel accord de coopération UE/ASEAN (Association des Pays du Sud-Est Asiatique). Le Congrès des États Unis a augmenté encore plus ses pressions arrêtant en 1993 le programme de formation et d'entraînement de soldats indonésiens aux EUA. L'année suivante, les États Unis ont aussi accordé un embargo sur la fourniture d'armes légères et de contrôle des foules.

Emprisonnements, tortures, exécutions et disparitions de personnes sont encore une réalité commune. Jusqu'à ce qu'il soit reconnu aux timorens le droit de réaliser un vrai acte d'autodétermination, il n'y aura pas de solution acceptable pour le problème de Timor-est.

Paladins de ce droit inaliénable, D. Ximenes Belo, administrateur apostolique de Dili, et José Ramos-Horta, représentant de la Résistance timorenne à l'extérieur, sont honorés, en 1996, avec le Prix Nobel de la Paix.

CTT CORREIOS